

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – COMO PREVENIR DOENÇAS GENÉTICAS

Marcello Valle

Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética. Alguns são portadores de doenças genéticas e temem que seus filhos sofram do mesmo problema. São problemas como hemofilia, distrofia muscular, anemia falciforme e alterações ligadas ao fator Rh. Entretanto, há uma técnica que permite gerar bebês saudáveis. Trata-se do Diagnóstico Genético Pré-Implantação (ou PGD).

Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê.

Hoje, o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil, e é uma forma precoce de diagnóstico pré-natal. É feito por meio de uma biópsia do embrião no seu terceiro dia de vida para detectar possíveis doenças. É um procedimento tecnicamente desafiador, que exige um bom entendimento de embriologia e biologia molecular.

O PGD associa métodos aplicados em reprodução assistida às técnicas de investigação genética. A biópsia do embrião inicial (entre seis e dez células) permite o estudo genético de uma única célula, possibilitando a transferência de embriões normais para as características testadas.

No Brasil, o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião. Entretanto, especificamente no caso de haver doença genética ligada ao sexo (como hemofilia), é possível identificar os embriões masculinos e femininos, transferindo apenas o sexo que não tem possibilidade de ter a doença. O PGD é também indicado em casos de gravidez tardia, em especial nas gestantes acima de 35 anos. Quanto maior a idade, mais chance de dar à luz bebês com problema genéticos e de sofrer aborto espontâneo.

1. "Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética"; a forma de reescrever-se essa frase com alteração de seu sentido é:
 - (A) Para alguns casais, é uma decisão ética gerar uma criança,
 - (B) Gerar uma criança, para alguns casais, é uma decisão ética;
 - (C) É uma decisão ética, para alguns casais, gerar uma criança;
 - (D) É uma decisão ética gerar uma criança para alguns casais;
 - (E) Gerar uma criança é uma decisão ética, para alguns casais.
2. Se a decisão é "ética" ele interfere com valores:
 - (A) econômicos;
 - (B) políticos;
 - (C) morais;
 - (D) religiosos;
 - (E) sociais

3. "Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê"; o comentário INCORRETO sobre esse segmento do texto é:
 - (A) a técnica aludida é a do PGD;
 - (B) a técnica vem sendo desenvolvida por dez anos;
 - (C) o impasse ético aludido é o do controle genético;
 - (D) escolher o sexo do futuro bebê não é visto como um fato positivo;
 - (E) a técnica do PGD demorou um pouco a ser aceita
4. O PGD é "uma forma precoce de diagnóstico pré-natal", isso significa que o PGD:
 - (A) ainda não está totalmente desenvolvido;
 - (B) identifica bem cedo problemas do embrião;
 - (C) é feito com a finalidade de antecipar o nascimento do bebê;
 - (D) indica problemas do bebê pouco antes do nascimento;
 - (E) alerta para o caso de o bebê nascer antes do momento previsto.
5. "É um procedimento tecnicamente desafiador"; esta afirmação se justifica porque:
 - (A) o PGD exige bom preparo dos profissionais;
 - (B) é um procedimento ainda bastante novo;
 - (C) se trata de um procedimento não totalmente conhecido;
 - (D) a técnica deve ser adquirida em tempo recorde;
 - (E) o PGD é realizado com risco de morte da paciente grávida.
6. "o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina **não permite a seleção sexual do embrião**"; a forma em negrito equivale à forma "proíbe". A alternativa em que a equivalência apontada está ERRADA é:
 - (A) não trabalha aos domingos = descansa aos domingos;
 - (B) não aceita trabalho pesado = recusa trabalho pesado;
 - (C) não intervém na briga = participa da briga;
 - (D) não falou diante do juiz = emudeceu diante do juiz;
 - (E) não sabe a verdade = ignora a verdade.
7. "aborto espontâneo", referido na última linha do texto, é aquele que:
 - (A) ocorre sem que tenha sido provocado;
 - (B) é causado por medicamentos específicos;
 - (C) é fruto da vontade da gestante;
 - (D) acontece em casos de perigo de vida para a gestante;
 - (E) é provocado exclusivamente pelo próprio embrião.

8. "espontâneo" é palavra grafada com S; a alternativa abaixo que mostra uma palavra erradamente grafada é:
- (A) misto;
 - (B) sesta;
 - (C) estender;
 - (D) esplêndido;
 - (E) extinguir.
9. O principal objetivo deste texto deve ser:
- (A) causar interesse nos leitores pela seleção do sexo dos bebês;
 - (B) criticar certas posições retrógradas de nossas autoridades médicas;
 - (C) informar os leitores sobre questões médicas;
 - (D) analisar questões sobre o ponto de vista social;
 - (E) provocar suspense por meio de ocultamento de dados.
- 10 "Hoje o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil"; esta frase significa que o PGD é aceito:
- (A) em todos os países, até mesmo no Brasil;
 - (B) sem restrições, mesmo no Brasil;
 - (C) em todos os lugares, exceto no Brasil;
 - (D) de forma ampla e em todos os países, até no Brasil;
 - (E) no Brasil, mesmo que não totalmente.

ARQUIVOLOGIA

11. No Brasil, a partir da década de 1980, inicia-se o processo de modernização do Arquivo Nacional aplicando-se mudanças no modelo de arquivo histórico tradicional com a inclusão:
- (A) dos arquivos correntes e intermediários da administração federal;
 - (B) da noção de fundo de arquivo;
 - (C) dos acervos de arquivos;
 - (D) dos arquivos públicos e privados;
 - (E) de coleções de documentos.
12. Quando o Arquivo Nacional decidiu que faria o recolhimento e/ou a transferência dos documentos produzidos e/ou acumulados pelo Poder Executivo do governo federal estava definindo a sua:
- (A) linha de acervo;
 - (B) estratégia administrativa;
 - (C) linha administrativa;
 - (D) política federal;
 - (E) linha de fundos.
13. Suponha que um arquivista se depare com um imenso volume de documentos acumulados em um depósito de uma distribuidora de gás de cozinha. Os documentos se encontram em péssimo estado de conservação, alguns dentro de sacos plásticos, outros amarrados e muitos soltos pelo local. Ao fazer o levantamento desses documentos, o arquivista identifica a existência de balancetes mensais, guias de arrecadação, folhas de pagamento, cadastro de *fornecedores*, *livros-razão*, *todos originais* e produzidos pela distribuidora de gás. O arquivista conclui que tais documentos são:
- (A) um conjunto de documentos de arquivo do escritório de contabilidade que presta serviços à distribuidora de gás;
 - (B) um conjunto de documentos de arquivo relacionados à administração financeira da distribuidora de gás;
 - (C) *uma coleção de documentos do centro de documentação da empresa;*
 - (D) um conjunto de documentos contábeis de valor legal;
 - (E) um conjunto de documentos relacionados aos fornecedores da distribuidora de gás.
14. De acordo com o Decreto n.º 1.173, de 29 de junho de 1994, o órgão central do SINAR é:
- (A) CONEARQ;
 - (B) Arquivo Nacional;
 - (C) Biblioteca Nacional;
 - (D) Ministério do Planejamento;
 - (E) CONARQ.
15. Nos últimos quarenta anos, três projetos de Sistema Nacional de Arquivos foram produzidos pelo Governo Federal do Brasil (1962, 1978 e 1994), através do Arquivo Nacional. Isso reflete um ciclo de instituição e falência de tais sistemas estabelecidos no âmbito do Estado. No ano de 2003, o SINAR encontrava-se:
- (A) implantado e em plena atividade;
 - (B) extinto;
 - (C) em vigor, apenas no Rio de Janeiro;
 - (D) em vigor e implantado no Rio de Janeiro e em São Paulo;
 - (E) em vigor, embora não implantado.
16. Em meados do século XIX, o documento triunfa. Esse triunfo coincide com o do texto, segundo Fustel de Coulange citado por Le Goff. A partir disso, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento. Samaran afirma: "Não há história sem documento". Estas assertivas refletem um pensamento da escola:
- (A) marxista;
 - (B) positivista;
 - (C) estruturalista;
 - (D) idealista;
 - (E) arquivista.
17. A Arquivística Integrada significa:
- (A) tratamento único das três idades e integração intelectual dos procedimentos;
 - (B) *reunião das idades corrente, intermediária e permanente em uma única idade;*
 - (C) tratamento diferenciado em cada idade;
 - (D) reunião de arquivos públicos e privados;
 - (E) tratamento idêntico para todo e qualquer tipo de arquivo.
18. Para Malheiro da Silva, a questão metodológica é crucial para o conhecimento arquivístico. A maneira de se conhecer a realidade arquivística é representá-la como objeto cognoscível, que poderá ser investigado cientificamente por meio de um dispositivo metodológico. O método arquivístico de investigação científica proposto por Malheiro da Silva é baseado no:
- (A) princípio da proveniência;
 - (B) respeito aos fundos;
 - (C) método quadripolar de De Bruyne, Herman e Schoutete;
 - (D) método histórico;
 - (E) estudo da origem dos arquivos.

19. Para que um documento faça seu percurso natural de vida, isto é, da produção e trâmite administrativo à utilização científica e cultural, suas potencialidades devem ser reveladas pelo arquivista a quem cabe, entre outras, as seguintes funções:
- identificar, descrever, indexar;
 - selecionar, interpretar, explicar;
 - identificar, descrever, explicar;
 - legislar, descrever, indexar;
 - identificar, explicar, interpretar.
20. Toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar é o que denominamos de:
- documento de arquivo;
 - documento de biblioteca;
 - documento institucional;
 - documento;
 - documento administrativo.
21. Os documentos de arquivo podem ser caracterizados segundo seu aspecto formal e definidos em razão da natureza dos atos que lhes deram origem, bem quanto à forma de registro dos atos. Estas características sinalizam:
- o gênero;
 - a organicidade,
 - a espécie;
 - o tipo;
 - a unicidade.
22. Quanto à entidade produtora, os arquivos se classificam em:
- públicos e privados;
 - históricos e probatórios;
 - comerciais e institucionais;
 - públicos e comerciais;
 - privados e institucionais.
23. De acordo com a lei que regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, podemos destacar como atribuições dos arquivistas:
- planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
 - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição dos documentos;
 - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos;
 - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;
 - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos.
- Estão corretas as afirmativas:
- I, II e III;
 - II, III e IV;
 - III e IV;
 - II e III;
 - I, II e V.
24. Dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são considerados originalmente:
- Ostensivos;
 - Sigilosos;
 - Reservados;
 - Confidenciais;
 - Secretos.
25. Os prazos de classificação segundo o grau de sigilo poderão, de acordo com a legislação em vigor, ser prorrogados da seguinte forma:
- duas vezes, por igual período;
 - quantas vezes forem necessárias, por igual período;
 - uma vez, por igual período;
 - indefinidamente;
 - três vezes, por igual período.
26. De acordo com a Lei que regula a microfilmagem de documentos oficiais ficou estabelecido que os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados, exceto aqueles que tenham valor:
- probatório;
 - legal;
 - fiscal;
 - histórico;
 - administrativo.
27. São considerados documentos intermediários:
- aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas freqüentes;
 - os de valor histórico, probatório e informativo que devem ser preservados definitivamente;
 - os produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas;
 - os de interesse público e social;
 - aqueles que, por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

28. O órgão que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados e exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial dos documentos de arquivo é:
- (A) Arquivo Nacional;
 - (B) SINAR – Sistema Nacional de Arquivos;
 - (C) Casa Civil da Presidência da República;
 - (D) CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos;
 - (E) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
29. Os acervos documentais a serem transferidos ou recolhidos às instituições arquivísticas públicas pelos órgãos e entidades do Poder Público deverão estar:
- (A) organizados, avaliados, higienizados, acondicionados e descritos;
 - (B) organizados, classificados, arranjados, acondicionados e descritos;
 - (C) avaliados, classificados, higienizados, arranjados e descritos;
 - (D) organizados, arranjados, avaliados, acondicionados e descritos;
 - (E) classificados, higienizados, arranjados, organizados e descritos.
30. Em cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal será constituída uma comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de:
- (A) orientar e realizar o processo de organização, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
 - (B) orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
 - (C) orientar e realizar o processo de classificação, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
 - (D) orientar e realizar o processo de classificação, descrição e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
 - (E) orientar e realizar o processo de avaliação, descrição e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação.

METODOLOGIAS DE DESCRIÇÃO AUTOMATIZADA DE ACERVOS

31. A soma de todas as descrições hierárquicas que representam um fundo e as suas partes é conhecida por:
- (A) descrição e arranjo;
 - (B) descrição multinível;
 - (C) descrição de nível;
 - (D) descrição multifacetada;
 - (E) descrição ordenada.
32. A ISAD(G) possui 26 elementos que podem ser utilizados na descrição de um arquivo, mas apenas alguns elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva. São eles:
- (A) código de preferência, produtor, destinatário, data(s), dimensão da unidade de descrição e fundo;
 - (B) área de contextualização, área de conteúdo e estrutura, área de condições de acesso e de uso, área de fontes relacionadas e área de controle de descrição;
 - (C) história administrativa, história arquivística, procedência, âmbito e conteúdo e sistema de arranjo;
 - (D) condições de acesso, condições de reprodução, idioma, características físicas e requisitos técnicos e unidades de descrição relacionadas;
 - (E) código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição.
33. Segundo a ISAD(G), TÍTULO ATRIBUÍDO significa:
- (A) título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição que não apresente título formal;
 - (B) título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição que não apresente título oficial;
 - (C) título que aparece proeminentemente ou explicitamente na unidade arquivística que está sendo descrita;
 - (D) título dado pelo arquivista para todas as unidades de descrição;
 - (E) título que aparece proeminentemente ou explicitamente na unidade arquivística que ainda não foi descrita.
34. A ISAD(G) define como PRODUTOR (*creator*):
- A) o colecionador de documentos;
 - B) o executor do arranjo;
 - C) o executor da descrição;
 - D) a entidade coletiva, família ou pessoa que produziu, acumulou e/ou manteve documentos na gestão de sua atividade coletiva ou pessoal;
 - E) a entidade pública, família ou pessoa que produziu, recebeu e enviou documentos na gestão de sua atividade meio e fim.
35. O elemento de descrição da ISAD(G) chamado de "dimensão e suporte" tem por objetivo:
- (A) localizar e conservar a dimensão física ou lógica e o suporte da unidade de descrição;
 - (B) identificar e registrar a dimensão física ou lógica e o suporte da unidade de descrição;
 - (C) identificar e registrar a dimensão física e química do suporte da unidade de descrição;
 - (D) identificar e registrar a dimensão física ou lógica e o suporte da unidade documental;
 - (E) identificar e registrar o nível de descrição.
36. A ISAD(G) é baseada em princípios teóricos arquivísticos internacionalmente aceitos, entre eles, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular como uma consequência prática do "respeito aos fundos". A descrição do geral para o particular tem como objetivo.
- (A) atender o princípio da proveniência;
 - (B) representar as funções arquivísticas;
 - (C) representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes;
 - (D) representar as unidades documentais;
 - (E) representar os instrumentos de pesquisa.
37. É condição essencial que os documentos de arquivo a serem microfilmados estejam:
- (A) arranjados segundo um sistema ou método claro;
 - (B) restaurados;
 - (C) descritos;
 - (D) mantidos em uma mesma sala;
 - (E) reunidos em um só fundo arquivístico.
38. A microfilmagem para preservação possui algumas características e benefícios únicos que a distinguem dos muitos tipos de filmagem existentes. O propósito primário da microfilmagem de preservação é criar uma substituição permanente, um meio arquivístico. Para alcançar esse propósito, a microfilmagem de preservação implica:
- (A) na produção de duas gerações de filme: positivo matriz e cópia consulta;
 - (B) na produção de uma geração de filme: negativo-positivo;
 - (C) na produção de três gerações de filme: matriz ativa, matriz passiva, matriz permanente;
 - (D) na produção de três gerações de filme: negativo matriz, matriz de segurança e cópia de consulta;
 - (E) na produção de duas gerações de filmes: negativo matriz e matriz negativa.

39. A microfilmagem para preservação envolve muito mais que o trabalho de câmara. Os processos preparatórios e de pós-microfilmagem são tão importantes quanto a microfilmagem propriamente dita. A microfilmagem de preservação não deve ser consumada sem que cinco etapas sejam cumpridas. Essas etapas são:
- (A) seleção e identificação dos documentos - preparação dos documentos para a microfilmagem - produção do microfilme com garantia de qualidade - armazenamento;
 - (B) aquisição de equipamentos - contratação de pessoal - adaptação da metodologia usada em bibliotecas - treinamento de usuários e especialistas - formulação de padrões básicos de gestão;
 - (C) estabelecimento de regras de microfilmagem - preparação de toda a informação arquivística - transferência de toda a informação arquivística preparada para o microfilme - acondicionamento;
 - (D) seleção e identificação dos documentos - preparação dos documentos para a microfilmagem - produção do microfilme com garantia de qualidade - acesso e controle bibliográfico do microfilme gerado - armazenamento;
 - (E) eliminação da documentação que não será microfilmada - estabelecimento de regras de acesso que preserve a informação - ampliação do número de leitoras de microfilme - implantação de um sistema de GED - adaptação da legislação.
40. O sistema híbrido vem sendo considerado como uma das melhores alternativas para as necessidades atuais de preservação, uma vez que proporciona um meio de armazenamento relativamente barato e de alta qualidade arquivística com facilidades para o acesso, a distribuição e a transmissão da informação. Entende-se por sistema híbrido:
- (A) a combinação da microfilmagem para o acesso e da tecnologia digital para a preservação;
 - (B) a combinação da microfilmagem para preservação e da tecnologia digital de imagens para o acesso;
 - (C) a combinação do microfilme, dos computadores, da televisão e dos sistemas de som;
 - (D) a combinação da reprodução digital de imagens para a preservação e da microfilmagem para o acesso;
 - (E) a combinação da microfilmagem, da tecnologia digital e da reprodução eletrostática.
41. Duas das vantagens da microfilmagem de preservação são:
- (A) possibilidade de eliminação dos originais e facilidade na disseminação da informação;
 - (B) baixo custo na montagem de um laboratório de microfilmagem e necessidades reduzidas na preservação do microfilme gerado;
 - (C) possibilidade de microfilmar qualquer tipo de documento arquivístico e ilimitadas possibilidades de disseminação da informação;
 - (D) resistência do microfilme a arranhões na sua manipulação e possibilidade de refazer uma seqüência errada dos documentos sem ter de produzir novo microfilme;
 - (E) reduzir ou impedir o uso dos originais e garantir a disponibilidade da informação quando o papel já estiver deteriorado.
42. Há uma corrente de pensamento que entende que a preservação depende do conhecimento, como base para as decisões políticas. Ou seja, o arquivista preservará os acervos sob sua responsabilidade desde que utilize o conhecimento técnico/científico adquirido, como forma de participar das estratégias de planejamento na instituição em que atua. Nesse sentido, a preservação dos acervos dependeria de:
- (A) financiamento, exclusivamente;
 - (B) uma plataforma tecnológica de última geração;
 - (C) conhecimentos de química e de física;
 - (D) escolhas tecnológicas, científicas e políticas, em que identificar e conhecer o que deve ser feito e como deve ser feito é o fundamental;
 - (E) escolhas exclusivamente administrativas e burocráticas.
43. Sistema de informação pode ser conceituado como:
- (A) conjunto de operações técnicas que inclui a produção, tramitação e uso dos documentos no arquivo corrente;
 - (B) conjunto de informações sobre o documento arquivístico, eletrônico ou não, que ajuda a garantir sua documentabilidade;
 - (C) conjunto de políticas, procedimentos e pessoas que armazenam, processam e dão acesso à informação;
 - (D) conjunto de atividades referentes à manutenção física e intelectual dos documentos arquivísticos intermediários e permanentes;
 - (E) conjunto de informações registradas com estrutura suficiente para servir de prova.

44. Uma definição aceitável para metadados é:
- (A) metadados são registros exclusivamente eletrônicos que descrevem um sistema operacional;
 - (B) metadados são dados que descrevem atributos de um recurso;
 - (C) metadados são programas que geram documentos e indicam a localização física dos documentos no sistema eletrônico;
 - (D) metadados são sistemas eletrônicos de dados reunidos em um perfil de documento arquivístico;
 - (E) metadados são programas eletrônicos específicos para a transferência da informação.
45. Malheiro da Silva define arquivo como um sistema (semi-)fechado de informação social configurado por três fatores, dois essenciais e um secundário, que são, respectivamente:
- (A) a natureza orgânica, a natureza funcional e a memória;
 - (B) a natureza inorgânica, a natureza funcional e a memória;
 - (C) a memória, história e organicidade;
 - (D) a natureza funcional, a natureza histórica e a memória;
 - (E) a natureza administrativa, a natureza funcional e a natureza histórica
46. Ao entender arquivo como um sistema de informação, Malheiro da Silva diz que o conceito operatório de fundo entra em crise porque este torna-se:
- (A) insuficiente para produzir a complexidade das relações documentais;
 - (B) incapaz de explicitar a raiz humana e social da informação;
 - (C) insuficiente para refletir a complexidade dos documentos eletrônicos;
 - (D) incapaz de explicitar a raiz histórica e cultural da informação;
 - (E) insuficiente e incapaz de revelar qualquer atividade arquivística.
47. Uma política de descrição deve conter em seu bojo diretrizes para a elaboração correta dos instrumentos de pesquisa. Isso exige que a situação do arquivo seja estudada. Só a partir desse estudo é que o corpo técnico-científico do arquivo poderá fixar os pontos básicos de tal política. Os pontos básicos são:
- (A) a hierarquia, as prioridades, a técnica e a planificação;
 - (B) a hierarquia, a visão geral dos fundos e a planificação;
 - (C) as prioridades, a técnica e a visão geral dos fundos;
 - (D) a hierarquia, as prioridades, os serviços e as possibilidades de acesso;
 - (E) as prioridades, a planificação e os serviços de acesso.
48. A adoção de procedimentos arquivísticos se mantém necessária também para as iniciativas de informatização das ações do governo, porque o acesso eletrônico à informação e aos serviços governamentais deve pressupor a existência:
- (A) documentos originais e únicos;
 - (B) documentos fidedignos e autênticos;
 - (C) documentos fidedignos e inautênticos;
 - (D) documentos preservados e autênticos;
 - (E) documentos fidedignos e originais.
49. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define ASSINATURA DIGITAL como:
- (A) imagem da assinatura convencional capturada por meio eletrônico;
 - (B) assinatura em meio eletrônico, que permite aferir a origem e a integridade do documento;
 - (C) imagem da assinatura convencional capturada por scanner especial;
 - (D) assinatura em meio eletrônico autenticada por GED;
 - (E) assinatura em meio ótico/magnético, que permite aferir a qualidade arquivística do documento.
50. Há um certo consenso sobre a necessidade de se implementar o gerenciamento arquivístico dos documentos produzidos pelo Governo Eletrônico no Brasil. Apesar disso, para Rondinelly, o Governo Eletrônico tem apresentado alguns resultados como, EXCETO:
- (A) ampliação do acesso à Internet por meio de PEPs (Pontos Eletrônicos de Presença);
 - (B) aumento do número de links pelo Portal Rede Governo;
 - (C) aperfeiçoamento do Comprasnet;
 - (D) informatização das favelas;
 - (E) informatização total do processo eleitoral brasileiro.